

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NO ENSINO SUPERIOR: UMAREVISÃO DE LITERATURA

The inclusion of deaf students in higher education: A literature review

Micaela Coral Aguiar¹
Fabiano Sales de Aguiar²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo revisar a literatura existente sobre a inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, analisando as políticas públicas e as práticas educacionais adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A revisão da literatura mostra que, apesar dos avanços conquistados pela comunidade surda na luta pela inclusão educacional, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, tais como a falta de qualificação dos docentes para trabalhar com surdos e a escassez de acessibilidade oferecida pelas IES. Além disso, é necessário que as políticas públicas sejam mais efetivas e que haja um esforço conjunto entre as IES e a comunidade surda para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. A inclusão de surdos no ensino superior é um tema significativo e desafiador. Apesar dos avanços na promoção da educação inclusiva, ainda existem desafios que devem ser superados para garantir que os alunos tenham acesso igualitário ao ensino superior. Uma abordagem colaborativa envolvendo educadores, administradores, profissionais da inclusão, estudantes com deficiência e suas comunidades é necessária para superar esses desafios. Para promover a inclusão no ensino superior, é crucial criar políticas de inclusão eficazes, estar consciente das necessidades dos alunos surdos e disponibilizar recursos adequados, são passos essenciais para superar os desafios e promover a inclusão no ensino superior.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino Superior. Educação bilíngue. Educação de surdo no Brasil.

ABSTRACT

This work aimed to review the existing literature on the inclusion of deaf students in Higher Education, analyzing public policies and educational practices adopted by Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil. The literature review shows that, despite the advances made by the deaf community in the struggle for educational inclusion, there are still many challenges to be faced, such as the lack of qualification of teachers to work with the deaf and the lack of accessibility offered by HEIs. In addition, it is necessary that public policies are more effective and that there is a joint effort between HEIs and the deaf community to promote an inclusive and quality education for all students. The inclusion of deaf people in higher education is a significant and challenging issue. Despite advances in promoting inclusive education, there are still challenges that must be overcome to ensure that students have equal access to higher education. A collaborative approach involving educators, administrators, inclusion professionals, students with disabilities and their communities is needed to overcome these challenges. To promote inclusion in higher education, it is crucial to create effective inclusion policies, being aware of the needs of deaf students and providing adequate resources are essential steps to overcome challenges and promote inclusion in higher education.

Keywords: Inclusion. University education. Bilingual education. Deaf education in Brazil.

¹ Graduada em Pedagogia, UNIR, mcoralaguiar@gmail.com

² Mestre em Educação, UNIR, fabiano.aguiar@unir.br

1. INTRODUÇÃO

A educação de surdos no Brasil vem passando por várias mudanças ao longo dos anos, sendo impulsionadas pelas transformações sociais, culturais e políticas que têm ocorrido no país. Durante o século XX, entre as décadas de 1920 e 1960, a educação de surdos era muito centrada na ideia oralista, que enfatizava a fala e a leitura labial, não reconhecendo a língua de sinais como uma língua legítima para a comunidade surda. Mas, felizmente, isso tem mudado. Desde de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), passou a ser reconhecida como uma língua de legitimidade, legal e adotada na educação em escolas inclusivas. Tal fato evidencia que a educação de surdos tem passado por transformações significativas nas últimas décadas.

Apesar dos avanços na educação de surdos no Brasil, ainda existem muitos desafios a serem superados, como a falta de formação adequada de professores e a falta de acessibilidade em algumas escolas. Portanto, é fundamental entender a importância da inclusão e do respeito à diversidade linguística e cultural dos surdos, garantindo a eles uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades específicas.

Durante um longo período, a educação de surdos foi fortemente influenciada pela cultura ouvinte, que impôs a ideia de que os surdos deveriam aprender a falar e ter o domínio da leitura labial, e as propostas educacionais eram embasadas na perspectiva biomédica de que havia uma deficiência que deveria ser corrigida por meio de tratamento na área da saúde, como a terapia da fala, que inclusive era utilizada dentro das escolas.

A batalha da comunidade surda para escapar da opressão de um ouvinte cultural que desconsidera as questões linguísticas e culturais dos surdos tem sido travada há muitos anos. No entanto, é graças a essa luta que os indivíduos surdos têm conquistado espaço para reivindicar o direito de utilizar a língua de sinais como sua primeira língua. Essas batalhas representam uma busca pela descolonização linguística, conforme apontado por Leite e Cabral (2021).

Dessa forma, observou-se que os surdos passaram a adquirir uma maior presença no âmbito universitário mediante a proposição de medidas inclusivas e acessíveis nas instituições de ensino, destinadas a indivíduos com deficiência, incluindo-se os surdos. Entre as conquistas alcançadas no Brasil, pode-se destacar algumas legislações promulgadas com o propósito de garantir o uso pleno da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tais como a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a acessibilidade no ano de 2002.

Recentemente, em 2021, houve uma grande conquista do movimento surdo, com a promulgação da Lei nº 14.191, que introduz alterações na Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, por meio da adição do Capítulo V, o qual versa sobre a educação bilíngue de surdos.

De acordo com Quadros (2014), no período de 2000 a 2006, a população de indivíduos surdos no Brasil com idade entre 0 e 24 anos alcançava a marca de 776.884. No entanto, desse contingente, 91,07% não estavam inseridos no sistema de ensino brasileiro. Além disso, o número de surdos ingressantes no ensino superior era consideravelmente reduzido, representando menos de 1% da população, em comparação aos 17,8% de indivíduos ouvintes.

Foi constatado um progresso notável no que tange ao acesso de indivíduos surdos ao ensino superior, após a aprovação da Lei de Libras em 2002. Nessa perspectiva, houve uma grande inserção dos surdos neste sistema de ensino no período de 2003 a 2005. Isto é, quando são comparados os dados de 2002 (344 alunos) com os de 2005 (2.428), tem-se um aumento de 705% de surdos nas universidades brasileiras (QUADROS, 2014).

A atual conjuntura requer que a formação de professores e a preparação das universidades estejam em conformidade com as demandas dos alunos surdos. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) fundamenta-se nos direitos humanos e no conceito de cidadania, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2006, da qual o Brasil é signatário. Nesse contexto, a referida política estabelece que os Estados têm a obrigação de garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que otimizem o desenvolvimento acadêmico e social, com o objetivo da plena participação e inclusão dos alunos com deficiência.

Diante da nova realidade de inclusão de alunos com deficiência na educação, é necessário que haja uma formação adequada dos professores e uma preparação das instituições de ensino para recebê-los. Nesse contexto, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada pelo Brasil em 2008, embasa-se nos direitos humanos e no conceito de cidadania a partir da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela ONU em 2006. Essa política estabelece que os estados devem garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que promovam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, com o objetivo de alcançar a plena participação e inclusão de todos.

No âmbito de Educação Superior, é importante destacar que foi instituída a obrigatoriedade da estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o intuito de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a plena

participação e desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. Essa medida foi estabelecida pelo Decreto nº 7.611, de novembro de 2011, que tem como objetivo garantir a efetiva inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente universitário.

Observa-se que as políticas educacionais em vigor no Brasil estão sendo expandidas e aprimoradas com a intenção de dar suporte aos indivíduos surdos, bem como à educação bilíngue e aos que utilizam a língua oral. No contexto educacional, o emprego de intérpretes, instrutores surdos e equipes responsáveis pela formação de professores, bem como a adaptação de estratégias avaliativas para ambas as línguas (português escrito e língua de sinais), configuram-se com metas a serem alcançadas. Diante das considerações expostas, surge a indagação a respeito da efetiva inclusão dos indivíduos na educação superior: quais são as barreiras que dificultam a sua permanência? O propósito deste estudo é discutir as condições que favorecem a permanência dos surdos universitários por meio de uma revisão sistemática de literatura sobre a temática em foco.

2. METODOLOGIA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem abordagem metodológica qualitativa, de cunho bibliográfico. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 428), a revisão bibliográfica ou de literatura “[...] consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência”.

O artigo aborda a temática do acesso e da permanência de estudantes surdos no Ensino Superior. Para responder a esse questionamento, utilizou-se uma metodologia de revisão de literatura, que se caracteriza por um processo metodológico sistemático de busca, seleção e análise de estudos científicos relacionados ao tema.

A revisão literária, também conhecida como revisão bibliográfica ou revisão sistemática, é uma metodologia de pesquisa utilizada para analisar e sintetizar informações existentes em fontes bibliográficas relacionadas a um tema ou problema de pesquisa específico. Portanto, a revisão sistemática tem como objetivo descrever o estado da arte da produção científica sobre determinado tema, identificar lacunas e oportunidades para novas pesquisas, e promover uma leitura crítica da literatura científica disponível.

A pesquisa dos artigos foi realizada no mês de novembro de 2023 a fevereiro de 2023, nas bases de dados SciELO, periódicos da CAPES e o Google Acadêmico. Para começar, os resumos foram lidos. Isso excluiu os trabalhos que não foram enquadrados na pesquisa ou que apenas abordaram o tema forma selecionados. Após a seleção das publicações por meio de uma análise do resumo, os

trabalhos selecionados passaram por uma nova seleção, priorizando apenas aqueles que estavam diretamente relacionados à inclusão de surdos no ensino superior para serem analisados neste trabalho.

Inicialmente, a tabela 01 mostra que nas buscas foram encontrados 91 trabalhos e escolhidos os se encaixavam nas palavras chave: o Surdo no Ensino Superior. Após a leitura dos títulos dos artigos, foi visto que alguns deles se repetiram em várias bases de dados ou não atenderam aos requisitos do assunto abordado neste trabalho. Assim, 10 pesquisas foram escolhidas para serem lidas e examinados em detalhes nesta fase. Depois de ler os resumos, quatro artigos, dois livros, três dissertações e um TCC foram escolhidos para serem lidos na íntegra para formar as bases da pesquisa.

Quadro 1: Quantitativo dos artigos, Livros, dissertações e trabalhos de conclusão de curso encontrados na pesquisa

Palavras - chave	Artigos		Livros		Dissertações TCC	
	Encontrado	Selecionado	Encontrado	Selecionado	Encontrado	Selecionado
Google Acadêmico	25	1	7	3	4	1
Scielo	15	1	0	0	0	,0
CAPES	35	2	0	0	8	3
TOTAL	65	4	7	3	12	4

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

3. BREVE HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Na atualidade existe a crescente busca dos alunos surdos pelo ensino superior, pois de acordo com o Censo da Educação Superior, as universidades brasileiras apresentaram um número significativo de matrículas desses estudantes. Desse modo, “em 2015, foram observadas 670 Instituições de Ensino Superior, sendo que [...] 48,36% (324 estudantes) possuíam alunos surdos” (ESDRAS; GALASSO, 2017, p. 17). Ainda tais autores esclarecem:

Em relação ao número de instituições com alunos surdos, observou-se um crescimento de 35% no período compreendido entre 2010 e 2015 e de 11,72% no último período avaliado (2014 a 2015). Tal crescimento pode ser reflexo de diversas políticas públicas voltadas aos surdos nas últimas duas décadas (ESDRAS; GALASSO, 2017, p. 17).

Mas, apesar do grande crescimento dos alunos surdos no ensino superior, a história destaca que, durante longos períodos, os surdos foram privados de educação e de vários outros direitos, e no século XVIII aconteceram transformações profundas a partir do uso das línguas de sinais como

línguas de instrução para os surdos, trazendo grandes saltos qualitativos para a sua educação e qualidade de vida.

A história da educação de surdos no Brasil é marcada por momentos importantes. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa liderada por Dom João VI, vieram professores franceses que ensinavam o método oralista de educação de surdos, que foi adotado no Imperial Instituto de Surdos-Mudos, durante o reinado de Dom Pedro II.

Dom Pedro II tem um papel de evidência e destaque na questão da educação de surdos. Segundo Strobel (2008, p. 89), “deduz-se que o imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo”. Entretanto esse fato não é confirmado.

Em 1855, chega ao Brasil, a pedido de Dom Pedro II, o professor surdo, Ernest Huet e sua esposa, com o objetivo de fundar uma escola voltada para os surdos, ensinando uma metodologia já utilizada na França e grande parte da Europa. No mesmo ano, o missionário norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet apresentou o método de ensino baseado na Língua Americana de Sinais (ASL), que despertou o interesse de alguns educadores brasileiros. No Brasil, somente em 26 de setembro de 1857, é fundado no Império o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Atualmente, o instituto criado pelo professor Huet recebe o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). A Libras foi reconhecida como língua natural dos surdos pelo médico Eduardo F. Carlos Pereira.

Na década de 1950, houve uma queda no uso da Língua de Sinais na educação de surdos devido à influência da perspectiva oralista.

No entanto, na década de 1980, movimentos de pessoas surdas e organizações da sociedade civil começaram a lutar pelos direitos dos surdos, exigindo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua legal e a adoção da educação bilíngue em escolas inclusivas. Esse movimento foi um marco importante para a história da educação de surdos no Brasil, contribuindo para mudanças significativas na perspectiva de ensino.

Atualmente, a educação bilíngue em Libras e português é vista como a melhor forma de educar os surdos, garantindo a igualdade de oportunidades educacionais para todos. Mesmo com desafios a serem enfrentados, a história da educação de surdos, desde Dom Pedro II até os dias atuais, mostra um grande avanço na perspectiva de ensino e inclusão dos surdos na sociedade brasileira.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como uma das línguas oficiais do Brasil desde 2002, quando a Lei nº 10.436 foi promulgada. Essa conquista é resultado de anos de luta da comunidade surda e de instituições dedicadas à educação de surdos, como o Instituto Nacional de

Educação de Surdos (INES), criado em 1857 por Eduard Huet. Ao longo da história, a educação de surdos no Brasil passou por diferentes fases, sendo a primeira delas a fase “oralista”, que visava recuperar a audição dos surdos e não permitia o uso da língua de sinais em nenhum ambiente. A segunda fase, conhecida como “bimodalismo ou comunicação total”, permitia o uso da língua de sinais e da oralidade ao mesmo tempo, tendo como objetivo principal o ensino da língua portuguesa.

No entanto, essas fases não respeitavam a língua materna dos surdos e a comunicação era regida pelas regras da língua portuguesa. Diante disso, a comunidade surda tem lutado pela proposta da educação bilíngue, que tem como objetivo proporcionar uma educação de qualidade em que os conteúdos são ensinados na Língua de Sinais como primeira língua e na Língua Portuguesa como segunda língua.

A proposta bilíngue consiste em trabalhar todos os conteúdos na língua nativa dos surdos, a LIBRAS, e trabalhar a língua portuguesa em momentos específicos das aulas, com leitura e escrita da língua. Esse modelo de educação bilíngue é utilizado por escolas que visam tornar acessível às crianças surdas duas línguas no contexto escolar, uma vez que “[...] essa proposta é apontada como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte do pressuposto para o ensino da língua escrita” (QUADROS, 2004, p. 27).

A premissa fundamental do modelo educacional bilíngue para surdos é a de que a língua de sinais deve ser adquirida como língua materna, ou seja, como primeira língua, e a língua oficial do país, geralmente a língua falada majoritariamente pela sociedade ou língua oficial do sistema educacional, deve ser adquirida como segunda língua. Essa abordagem reconhece a língua de sinais como uma língua natural e completa, com sua própria gramática e estrutura linguística, e acredita que a aquisição da língua materna é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos surdos. Além disso, o modelo bilíngue reconhece a importância da aquisição da língua oficial do país para a comunicação e participação plena na sociedade. Nesse sentido, “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (QUADROS, 2004, p. 54).

4. RESULTADOS

Os resultados apontam que há um longo caminho para que o candidato surdo consiga ingressar à universidade e nela permanecer de forma a usufruir dos direitos garantidos pelo ordenamento legal. Desse modo, um dos grandes desafios encontrados, em relação ao ensino de alunos surdos, é a

resistência presente no reconhecimento da diferença que estes sujeitos apresentam. Nesse sentido, há a restrição de diálogos e debates sobre a necessidade de atendimento especial, como familiares, com a comunidade surda, o que resulta numa escolarização que não atende às divergências linguísticas e culturais dos alunos surdos (STREICHEN, 2020).

Por este viés, apresenta-se um desafio a ser considerado, já que muitas vezes os professores não são detentores de uma formação, tanto inicial quanto continuada, que lhes propicie uma prática pedagógica para trabalhar com as diferenças. Além disso, para alguns docentes, falta uma conduta autodidata, uma postura para buscar os meios necessários para desenvolver um trabalho que atenda às necessidades e singularidades dos educandos (STREIECHEN, 2020).

Dessa forma, frequentemente, o estudante surdo, que busca entusiasmado sua educação, se depara com diversos obstáculos decorrentes da inadequação da prática pedagógica do professor em lidar com deficiências e com a língua de sinais, na qual não apresenta fluência.

A inclusão ofertada nos parâmetros inclusivos não atende de maneira eficazos alunos surdos, já que permite apenas uma convivência entre eles, e não o desenvolvimento de um aprendizado significativo, em toda a sua trajetória estudantil. Diante disso, desencadeia em uma locomoção árdua para os surdos dentro dos âmbitos universitários, frente a uma linha de estudos regida em prol dos ouvintes (GOMES, 2017).

Muitas vezes, o aluno que não se enquadra ao sistema de ensino homogêneo, não usufruindo da acessibilidade que devia ser ofertada pela instituição de ensino, acaba encontrando maiores dificuldades para a adesão do conhecimento, já que este apresenta certas especificidades, que não sendo consideradas pelo professor, desencadeia na indiferença com os demais colegas (GOMES, 2017).

A partir da década de 1990, houve uma forte demanda pela inclusão na sociedade, o que levou à matrícula da maioria dos alunos surdos nas escolas de ouvintes. No entanto, essa inclusão não foi concomitante pela garantia de acessibilidade para sua permanência, o que resultou em uma escolarização adquirida e pouco responsável, prejudicando o aprendizado significativo dos alunos surdos.

À vista disso, reflete-se muito sobre o acesso ao ensino superior, já que muitos não se encontram motivados e preparados para adentrar a esta nova fase de estudos, com a escassez de apoio que atenda às suas necessidades, vivenciados nos anos passados (SILVA, 2017).

Nesse sentido, destaca Araújo:

Quando eu comecei na sala de aula, [...], coitada de mim eu ficava pensando, eu não conhecia os temas, as diferentes sociedades, as diversas disciplinas, eu não sabia, eu não conhecia nada,

estranho, eu a primeira surda no curso de Letras [...] e, eu não sabia fazer nada, já tinha professor, intérprete aqui, eu perguntava, o texto é sobre sociedade? Mas, como, o tema informa opinião de quê? pensando, no meu cérebro inocente não sabia nada, mas como eu vou dar minha opinião? Se não tinha nada no meu cérebro, não me ensinaram nada? Faltou entendimento e eu perdi, fui reprovada. Não senti justiça, era difícil e não me entendiam (ARAÚJO, 2023, p. 12).

Atualmente, o modelo de políticas públicas para a educação de alunos surdos no ensino superior não inclui um processo claro de inclusão, que considera como ações e promoções do conhecimento pelos professores que participam na instituição de ensino. Quanto à integração efetiva do aluno surdo na IES, “[...] verificamos que alguns professores tentam transmitir conhecimento, sem nenhum apoio institucional, por meio de gestos e mímicas, enquanto outros ministram suas aulas de forma tradicional, ignorando o aluno” (SILVA, 2017, p. 109).

A integração efetiva do aluno surdo na IES, portanto, requer ações específicas e coordenadas, que considerem as necessidades e particularidades dessa população, a fim de garantir o acesso e a permanência dos alunos surdos no ensino superior. Tal ação é necessária porque muitos surdos passam por desafios nas universidades: “muitas as vezes que não tive apoio da intérprete, não me avisava nada, não fazia nada, passei meses sofrendo, chorando, guardava em mim, me sentia estranha [...]” (ARAÚJO, 2023, p. 12).

A questão da falta de um plano abrangente, de trabalho em equipe e de uma compreensão mais clara do que significa aceitar alunos surdos na sala de aula também foi levantada pelos intérpretes. Elas destacam, tentar realizar o melhor possível em um ambiente hostil e repleto de dificuldades de relacionamento, pois muitas vezes o professor não desempenha seu papel diante do aluno surdo, delegando aos intérpretes tarefas e sugerindo atividades que não têm relevância para este aluno.

A presença de um intérprete em sala de aula pode amenizar alguns aspectos dessa questão e, ao mesmo tempo, facilitar a melhor compreensão do aluno sobre os materiais acadêmicos, uma vez que seriam mais fáceis de acessar se conhecessem o idioma ou pudessem aprendê-lo. Mas muitos desses espaços ainda estão pensados e com estrutura para acadêmicos ouvintes (LACERDA, 2006).

Há uma série de desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino superior no que diz respeito à promoção de um ensino de qualidade para estudantes surdos. Dentre esses desafios, destaca-se a escassez de professores qualificados para lidar com a deficiência em questão e a falta de recursos de acessibilidade para os alunos. Muitos se sentem desmotivados com falta de apoio que nas universidades, tanto que um deles destaca que são “tantos problemas que eu só tinha vontade de sair

dali [...] mas guardava em silêncio, eu buscava me acalmar, ter paciência, muitas vezes sai de sala, ia ao banheiro, chorava, secava as lágrimas, me acalmava e voltava” (ARAÚJO, 2023, p. 14).

Embora muitos professores manifestem interesse em se capacitar para entender às necessidades desses alunos, há uma omissão por parte das instituições em fornecer o suporte necessário para a realização dessa capacitação.

Os sentidos produzidos indicam que a universidade não apresenta mecanismos legais e nem recursos para isso e, conseqüentemente não está acatando a legislação federal. Assim, utiliza-se de subterfúgios para evitar o cumprimento das exigências, por exemplo, com a não contratação do intérprete e com permissão de ações e voluntárias, em substituição a resolver a situação deflagrada, negligenciando a oferta de apoios especializados a estudante, desatendendo o direito fundamental de concluir seus estudos, nesta etapa de educação (GAVALDÃO, 2017, p. 163).

A inclusão dos alunos surdos não se encontra associada à falta de leis, e sim à prática destas, sendo que o mercado de trabalho ainda se encontra com inúmeros obstáculos para o surdo (GAVALDÃO, 2017).

Há muito que se percorrer para que se alcance uma inclusão efetiva, já que não basta apenas os ouvintes compreenderem o panorama ocupado pelos surdos, e sim destinar a este um olhar de capacidade de autonomia social e interação com os outros. Acrescenta-se, ainda, a cultura ouvintista predominante, esta fortalecida frente ao despreparo do professor e intérprete, quando relacionado a presença do surdo na sala de aula, em atividades de interação ele encontra mais dificuldade, e assim sente-se excluído (SCHNEIDER, 2017).

Os desafios elencados consistem, principalmente, na falta de efetivação da inclusão, visto que somente as leis redigidas em um papel não são suficientes para que o aluno surdo desfrute do ensino superior de qualidade, proporcionando o aprendizado.

Diante disso, para que o aluno surdo se mantenha no ensino superior, é necessário o amparo de toda a comunidade educacional do ensino superior, de modo que não somente os professores, mas também a instituição como um todo, visem à prática de meios inclusivos, propiciando acima de tudo a formação emancipatória (SCHNEIDER, 2017).

As políticas de ações afirmativas têm desempenhado um papel benéfico na inclusão de indivíduos surdos na educação, uma tendência impulsionada pelos movimentos dos surdos no Brasil. Todavia, a legislação pertinente não garante, por si só, a permanência desses estudantes no ensino superior. É necessário um compromisso efetivo das instituições de ensino superior em oferecer condições adequadas para a inclusão de alunos surdos, com investimento em formação e capacitação de professores, além da implementação de políticas e recursos de acessibilidade que possam garantir o pleno acesso e participação desses alunos na vida acadêmica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do estudante surdo no Ensino Superior é um tema complexo e de grande alegria. Esta revisão da literatura mostrou que ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir o acesso e a permanência desse público na universidade. A falta de intérpretes de libras, a falta de aprovação curriculares e de materiais pedagógicos acessíveis, a falta de conhecimento dos professores e dos próprios surdos sobre suas necessidades específicas são alguns dos obstáculos que precisam ser superados.

Com base nos achados deste estudo, é possível inferir que indivíduos surdos enfrentam uma série de obstáculos tanto para ingressar no ensino superior quanto para se manter nele. Os desafios enfrentados pelos surdos não se limitaram apenas ao processo de ingresso na universidade, mas também fizeram a sua trajetória acadêmica ao longo do tempo.

Essa dificuldade enfrentada pelo aluno surdo na continuidade de seus estudos pode ser ainda mais acentuada pela falta de suporte e estrutura nas instituições de ensino. Além disso, a falta de conhecimento e treinamento dos professores em relação à língua de sinais e à metodologia de ensino inclusiva também pode prejudicar o processo de aprendizagem dos alunos surdos no ensino superior. Esses resultados destacam a importância de se implementar políticas públicas e ações afirmativas que visem à inclusão desses estudantes no ambiente acadêmico, de modo a garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos.

É importante destacar que a inclusão do estudante surdo no Ensino Superior não deve ser vista como um favor, mas sim como um direito. Garantir o acesso e a permanência desses estudantes na universidade não só promove a igualdade de oportunidades, como também contribui para a diversidade e a experiência do conhecimento. Nesse sentido, é fundamental que sigam políticas públicas adotadas que garantam a inclusão dos surdos na educação superior e que sejam ensinadas ações que sensibilizem a comunidade acadêmica sobre a importância da educação inclusiva, sendo também de grande importância que haja investimentos em capacitação e suporte para os docentes, assim como a implementação de medidas de acessibilidade, para que os alunos surdos possam ter acesso a uma educação de qualidade e possam se desenvolver plenamente em seus estudos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S.V. **Cultura surda em diálogo com a onomástica**: registro em libras e análise de sinais-nome de funcionários da UNIR/CGM. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus Jorge Vassilakis de Guajará-Mirim,

Guajará-Mirim, 2023. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4565> Acesso em: 14 fev.2023.

CRUZ, S. R.; CASTRO ARAUJO, D. A. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades? **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 373–384, 2016. DOI: 10.5902/1984686X18832. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18832>. Acesso em: 21 fev.2023.

ESDRAS, D; GALASSO, B. **Panorama da educação de surdos no Brasil: ensino superior**. Instituto Nacional de Educação de Surdos (org.) — Rio de Janeiro: INES, 2017.

GAVALDÃO, N. **Acessibilidade a estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Marília/SP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149821> Acesso em: 02 fev.2023.

GOMES, C. R. **Educação inclusiva de estudantes universitários surdos: uma análise a partir da trajetória escolar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5933> Acesso em: 27 Mar.2023.

LACERDA, C. B F. surdos. A inclusão escolar de alunos: o que dizem os alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência. **CadernoCedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai.-ago. 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-436802>. Acesso em: 27 fev. 2023.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, M. A; NASCIMENTO, É. F. A inclusão do aluno surdo no ensino superior: experiência na universidade federal do acre. **Anais III CINTEDI**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44283>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SILVA, E. M. S. **O processo de inclusão: objetivação e ancoragem do primeiro aluno surdo numa instituição de ensino superior**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3745> Acesso em: 02 fev. 2023.

STREIECHEN, E.M. **Abordagens metodológicas para a educação de surdos (E-book)**. NEAD/UAB/UNICENTRO, Guarapuava, 2020.

TEIXEIRA, E. R.; BENTO, N. A. O acesso do estudante surdo em Instituições Federais de Ensino Superior no município de Salvador: o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Revista Educação Especial**, v. 32, p. e 98/ 1–25, 2019. DOI: 10.5902/1984686X38499. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38499>. Acesso em: 12 fev. 2023